



A ECOLOGIA DOS SENTIDOS: PERCEPÇÕES A PARTIR DOS SABERES DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Ana Cecília dos Reis Dias¹

UNEB-DCHIII - PPGESA – anabalaio@hotmail.com

Willany da Cunha Reis²

UNEB-DCHIII - PPGESA – willanydacunha@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo lança-se ao objetivo de discutir o conceito de povo e saber tradicional utilizando-se como referências de base os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha, Juracy Marques e Sônia Alexandra de Barros R. Nunes Nobre. Em seguida o trabalho parte para outro desafio, buscando, a partir das leituras vivenciadas e da visualização do filme *Eu maior* e de uma reportagem com o médico Brasileiro Dráuzio Varela realizar uma das mais difíceis e uma talvez das mais belas discussões que é a da tentativa de responder o que é saber sensível. O trabalho é um convite para refletirmos sobre o autoconhecimento e felicidade a partir do cotidiano dos povos tradicionais, dos seus saberes e da relação destes com a ciência.

Palavras-chave: Saberes tradicionais, Povos tradicionais, Saber sensível.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, oferecido pelo Departamento de Ciências Humanas – Campus III, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Juazeiro – BA.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, oferecido pelo Departamento de Ciências Humanas – Campus III, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Juazeiro – BA.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Introdução

Entender as sutilezas dos saberes tradicionais de um povo é imergir em um campo simbólico de experiências, sensações e sentimentos que representam a essência do cotidiano de uma comunidade. Quando falo em imersão significa dizer que nossas percepções precisam ser sentidas hologramaticamente³, sob diversos prismas, e infinitos feixes de luz que se configuram em representações do real e da realidade, pois a percepção está para além do que é visível ou tocável.

A história da humanidade é contada pelo viés da tentativa de buscar respostas para suas inquietações e anseios. Essa tentativa fez da ciência, da arte, da filosofia e da religião um portal para a busca de respostas que possivelmente nunca encontraremos por tratarem-se de um estado de espírito e do entendimento que temos de vida, de existência e de felicidade. Para Cortella (2014) a ciência ficou com as explicações dizendo portanto, o que precisa ser feito e as outras áreas com os “porquês”.

Assim a ciência ganha força e torna-se hegemônica no sentido de produzir e dar resposta como pode e deve ser feito. Ela reveste-se do rigor científico que torna-se pressuposto para se fazer pesquisa uma vez que o conhecimento precisava ser quantificado e classificado. Então, o que não é científico assume a “vala” do senso comum e nela o conhecimento dos povos tradicionais também.

Outro fator que alimenta o debate da ciência é que para se ter desenvolvimento necessário se faz o desequilíbrio ecológico, o *ethos* humano passa a ser uma alegoria na pesquisa e a imparcialidade e a impessoalidade tornam-se estratégias do bom pesquisador. Ou seja as sutilezas e saberes de um povo vão sendo esquecidas e assemelhadas a ciência de pouco valor. Nessa relação de - homem – natureza – conhecimento - a mãe *gaia* vai sendo considerada como máquina e, portanto, sendo explorada e usufruída até o ápice do prazer

³ Holograma é a imagem física, cujas qualidades de relevo, de cor e de presença são devidas ao fato de cada um dos seus pontos incluírem quase toda a informação do conjunto que ele representa. (MORIN, 2010, p. 181).



desenvolvimentista científico, sem com isso se pensar a sustentabilidade das futuras gerações.

Nesta lógica, Marton (2010) nos informa que:

Referindo-se aos homens da era neolítica ou da proto-história, Lévi-Strauss argumenta que eles foram herdeiros de uma longa tradição científica. Seu pensamento mágico não deve ser reduzido a uma “sombra que antecipa” a evolução técnica e científica, pois tanto quanto a ciência, a magia é uma forma de pensamento. Magia e ciência são dois modos de conhecimento que não se diferenciam quanto à natureza de suas operações mentais, mas quanto às condições objetivas do seu aparecimento. (P.02)

Essa relação de ciência e saber vai sendo construída a partir de contrastes binários que separam a alma do corpo, o espírito da matéria, o sentimento da razão e a existência da essência...

Para Silva, (2010, p.26)

O positivismo evolucionista da ciência moderna, que definiu o método científico como a única forma válida de gerar conhecimento relevante. Este método representava o último estágio do progresso — da evolução — do pensamento humano, eliminando do contexto epistemológico do processo educativo outros saberes igualmente relevantes. Mas, para o Positivismo, o saber que não foi “produzido” através da aplicação “rigorosa”, objetiva e neutra do método científico não existe, não é verdade ou não é relevante.

Ainda para o mesmo autor (p. 26-27) o paradigma clássico de inovação da ciência moderna para a educação colonial, foi gerado a partir de “conceitos constitutivos da ideia de progresso, e a partir de categorias, parâmetros e critérios derivados da dicotomia civilizados-primitivos” (SILVA, 2010, P-26-27). Para ele, na América Latina como em outras regiões com um passado colonial, a educação assumiu o caráter autoritário das relações internacionais que impunham como natural — a superioridade do conquistador e a inferioridade do conquistado. Essa forma de se fazer ciência conjectura a racionalização da vida, a matematização do universo e universalização da natureza, com a correspondente descontextualização da experiência social e da educação para a vida, quando, contrariamente a esses entendimentos, o



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que se defende na atualidade é a contextualização e a valorização da experiência e dos saberes locais (RESAB, 2011).

Sob a égide da ciência e do desenvolvimento o mundo também equipara-se a “mundo mercado” e a “vida passa a ser mercantilizada e a existência privatizada” (SILVA, P.31). As pessoas escondem-se dentro de suas próprias casas e o mundo apesar de tão grande torna-se tão pequeno, através de redes comunicacionais que alimenta a falsa sensação de sermos muitos sendo poucos. O objetivo do capitalismo é acumular, a partir de uma lógica expansionista que tem como estratégia desenvolvimentista o crescimento sendo definido por critérios onde o lucro máximo é a prerrogativa. Silva (2010).

No entanto, é preciso considerar que nem todos se rendem a essa hegemonia da colonialidade, da modernização e da globalização. As populações tradicionais em todo o mundo têm resistido a apropriação das suas matérias primas abundantes e dos seus conhecimento que transcendem tudo que achamos que entendemos de ciência, pois esse conhecimento é percebido pela vivência com a natureza, das relações com seus deuses, com seus ancestrais e da partilha coletiva das relações com a “*patha mama*” como diria os índios equatorianos. Essa resistência se dá porque agora a história precisa ser contada por outros agentes sob outras perspectivas que foram caladas, silenciadas e muitas vezes usurpadas para ser dita por outras bocas, por outras fontes e por outra ciência.

Conceituar povo tradicional. Será Possível? Quicá Metodologias?

Quando conceituamos, criamos, desenvolvemos ou enunciamos conceito acerca de, ou ainda formamos e/ou emitimos um conceito ou uma opinião sobre. Nesse momento julgamos e avaliamos também... No entanto, isso seria possível a povos tradicionais? Melhor seria se perguntássemos a eles quem são vocês? Será que precisamos perguntar? Será que eles precisam responder? Quais seus desejos? Será que eles precisam responder? O que é ser um



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

povo tradicional? Será que a pergunta que nos levará a respostas? Como definir a alma e a essência dos povos tradicionais?

Se conseguíssemos sentir, apenas sentir, além de definições de antropólogos, sociólogos, e de leis específicas afirmativas poderíamos entender como cada um desses povos se auto conceituam para eles mesmos e não como nós ou o estado, a ciência os definimos. De acordo com o estabelecido pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, os Povos e Comunidades Tradicionais (PST'S) são conceituados como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No entanto, todas as características ressaltadas nos decretos como culturalmente diferenciados se encaixam, se organizam em mesmos princípios como se isso fosse possível a cada um desses povos em suas singularidades, a saber:

- I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;
- II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;
- III - a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;
- IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

XIII - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica. (DECRETO Nº 6.040, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2007)

Mesmo na tentativa de compor categorias básicas que unificariam esses povos, por outro, significa a homogeneização e a negação da particularidade, da singularidade, ou ainda, daquilo que Bumham (1993, p.4) vai defender, de que:

[...] os sujeitos, intersubjetivamente, constroem e reconstróem a si mesmos, o conhecimento já produzido e que produzem as suas relações entre si e com a sua realidade, assim como, pela ação (tanto na dimensão do sujeito individual quanto social), transformam essa realidade, num processo multiplamente cíclico, que contém, em si próprio, tanto a face da continuidade, como a da construção do novo.

Sendo assim, não é um decreto, uma lei, um conceito científico que dará conta de dizer dos povos e de enquadrá-los em uma forma de acomodação conceitual, pois na concretude, a vida e as relações sociais, culturais entre outras vão muito além do que a tentativa de homogeneizar. Não queremos com isso dizer que somos contrários às bases legais afirmadas pelos decretos e leis, mas ratificar que nossas percepções de autoconhecimento e busca da felicidade e valorização dos saberes tradicionais precisam ir além disso. Como diria a Monja



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Coen no filme *Eu maior*, "*Quanto mais você quiser empurrar alguém pela porta, mais essa pessoa se afasta.*" Ou seja, se a tentativa de unificação legal é para garantir direitos, essa tentativa não pode querer denominar e passar por cima da história desses povos, negando os seus modos *de ser e vir a ser, sendo no mundo.*

Algumas Observações

Precisamos ratificar outra categoria que exprimem a existência desses povos a exemplo da resistência, pois são povos que apesar de sua história ter sido marcada por conflitos/colonização não silenciaram suas histórias, suas potencialidades, sua forma de ver o mundo e suas relações com o coletivo. A colonialidade pode até ter roubado suas fronteiras geográficas, suas terras seus espaços, mas não foi suficientemente forte para recortar suas fronteiras de vida e de existência do seu povo.

A obediência e subserviência a um jeito de se fazer e de pensar ou de *ser-sendo*, portanto, não têm lugar nessa forma de viver e conviver em um estado democrático e de direitos, mas sim a afirmação de identidades esquecidas e/ou subjugadas como inferior: Povos Indígenas, Quilombolas, Terreiro, Seringueiros, Castanheiros, Quebradeiras de Coco-de-Babaçu, Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, atingidos de barragem, Faxinalenses, Pescadores Artesanais, Lavadeiras, Barqueiros, Carranqueiros, Remeiros, Jangadeiros, Rezadeiras, Raleadeiras, Paneleiras, Angiqueiros, Marisqueiras, Ribeirinhos, Varjeiros, Caiçaras, Praieiros, Sertanejos, Jangadeiros, Ciganos, Açorianos, Campeiros, Varzanteiros, Pantaneiros, Geraizeiros, Veredeiros, Caatingueiros, Retireiros do Araguaia e Agricultores Familiares. Ou seja, todos esses povos entre outros não identificados na relação acima, desafiam essa fusão mundial de sociedade, de comunidade, de gente.

Os povos de comunidades tradicionais trazem em si a luta contra as dimensões simbólicas presentes e determinantes das vozes daqueles que no processo de colonização e dominação



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

histórica, pelo uso da força e do poder, os colocaram em posições inferiores, de subserviência forçada. Para Marques (2012, p. 119-120)

[...] pelas vias contemporâneas de afirmação de identidades como é o princípio da auto identificação presente na OIT (Organização Internacional do Trabalho), ou seja, a forma como cada pessoa se identifica em relação a uma coletividade, seu espírito de pertencimento, bem como a forma como o grupo o vê. Essas identidades configuram-se numa ponte simbólica entre ver e ser visto, sentir e ser sentido.

Portanto a busca de uma nova racionalidade, onde o outro possa ser reconhecido como “legítimo outro” torna-se imprescindível aos povos tradicionais a partir dos saberes produzidos por eles. Os povos e comunidades tradicionais resistem e existem sob a égide de que as visões de mundo podem ser modificadas através das percepções do olhar, do ouvir, do sentir através da ampliação de nossas percepções.

Sentir e ser sentido são palavras marcantes nas obras de Marques (2012 a 2014) relacionando-as aos povos tradicionais. Em seus trabalhos é possível identificar uma compreensão de que a necessidade da afirmação não se dá pela explicação, mas pelo entendimento de sua existência e dos sentidos a ela produzidos. A afirmação se faz no fazer e não na explicação... É essa ecologia que precisa ser sentida, compreendida, irmanada entre todos os povos.

Em reportagem exibida pelo fantástico em março de 2011, o médico Dráuzio Varella, desqualifica pesquisas, nega todo conhecimento de pessoas que observam, cuidam e tem uma relação com a natureza que vai muito além dos controles de qualidade dos cientistas para comprovar sua eficácia. Esquece que a cura não se dá apenas pelo princípio químico de uma planta, mas, por elementos ou poderes ocultos que são capazes de produzir curas impossíveis para aqueles que só conseguem enxergar uma planta apenas pela definição da biologia. Falta aos pesquisadores/cientistas a sensibilidade de perceber o cheiro, o gosto, o jeito de preparar e acima de tudo, a relação de respeito e troca com natureza, que nenhuma ciência “conseguirá comprovar”.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Portanto, conhecimento de povos tradicionais não se mensura nem tão pouco se hierarquiza, como mais ou menos importante, pois esse saber se afirma nas sutilezas de suas práticas e percepções. Para Cunha (2007, p.79) há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos. Para a autora,

É só por comodidade abusiva para melhor homogeneizá-lo, para melhor contrastá-lo ao conhecimento científico, que podemos usar no singular a expressão “conhecimento tradicional. Pois enquanto existe, por hipótese, um regime único para o conhecimento científico, há uma legião de regimes de saberes tradicionais.

Assim, é possível entender a síntese da autora quando diz “a ciência moderna hegemônica usa conceitos e a ciência tradicional usa percepções” (CUNHA 2007, P.79). Na contra mão desse processo está o Bem Viver, que segundo Iriarte (2015), nos apresenta um paradigma antigo que nos mostra a sabedoria ancestral dos povos indígenas americanos buscando uma relação harmoniosa com todos os seres, e culturas diferentes, num mundo que precisa ser bom para todos.

Manoel de Barros na sua grandeza de menino resume lindamente em O Apanhador de Desperdícios o que vem a ser o Bem Viver.

Uso a palavra para compor meus silêncios. Não gosto das palavras fatigadas de informar. Dou mais respeito às que vivem de barriga no chão tipo água pedra sapo. Entendo bem o sotaque das águas. Dou respeito às coisas desimportantes e aos seres desimportantes. Prezo insetos mais que aviões.

Prezo a velocidade das tartarugas mais que a dos mísseis. Tenho em mim um atraso de nascença. Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos. Tenho abundância de ser feliz por isso. Meu quintal é maior do que o mundo. Sou um apanhador de desperdícios: Amo os restos como as boas moscas. Queria que a minha voz tivesse um formato de canto. Porque eu não sou da informática: eu sou da invencionática. Só uso a palavra para compor meus silêncios. (BARROS, 2010, P.01)

Ou ainda com a carta Cacique Seattle, enviada ao Presidente dos Estados Unidos em 1854, que diz:

Como pode-se comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre as coisas do nosso tempo. Toda esta terra é sagrada para o meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias de areia, cada véu de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na crença do meu povo.

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual ao outro. Porque ele é um estranho, que vem de noite e rouba da terra tudo quanto necessita. A terra não é sua irmã, nem sua amiga, e depois de exauri-la ele vai embora. Deixa para trás o túmulo de seu pai sem remorsos. Rouba a terra de seus filhos, nada respeita.

Num mundo onde a lógica do consumo é que importa, parece utópico falar em o Bem Viver, em especial nos versos lindos de um invencionático⁴ como é Manoel de Barros ou nas palavras do Cacique Seattle.

Se pensarmos na lógica do que estamos chamando de desenvolvimento, de ciência e de saber dos povos tradicionais podemos observar que nem todas as existências estão a serviço da produção e do consumo. O povoado de Belo Monte, por exemplo, foi destruído pela Guerra de Canudos (1896 -1897), momento histórico em que, milhares de vidas foram dizimadas, porque não se entregaram a uma forma de pensar proclamada pelos reclames da república. E quanta história está submersa no açude de Cocorobó⁵, na tentativa de calar as vozes que gritavam e clamavam por justiça.

Algumas Considerações

O *Buen Vivir* é uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida, de existência e de pertencimento com o mundo/terra/planeta. No entanto “não é uma originalidade nem uma novidade dos processos políticos do início do século XXI nos países andinos. Nem é uma espécie de superstição ou porção mágica para todos os males do mundo.” (ACOSTA, 2012, P. 201).

O *Buen Vivir* surge “de grupos tradicionalmente marginalizados. Eles nos convidam a arrancar pela raiz vários conceitos considerados indiscutíveis.” (ACOSTA, 2012, P. 201). No entanto é a condição ontológica do ser, baseia-se na incompletude, no inacabado. Se nossas percepções levassem-nos para esse entendimento conseguiríamos ver mais a beleza do arco-

⁴ Desdobramento do termo “*invencionática*” cunhado por Manoel de Barros, sugerindo-se aqui, a compreensão da pessoa que inventa, cria outras formas de relacionar-se com o mundo e as coisas por meio da escrita poética.

⁵ Açude construído sobre a antiga Canudos, na Bahia, ou como era conhecido o povoado de Belo Monte.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

íris, as formas das nuvens que brincam conosco, o tempo, a inspiração das noites de lua cheia e a beleza da inocência de uma criança. Se pudéssemos ver/ouvir/sentir isso nossas percepções estariam mais aguçadas para percebermos o que está além de nós, mas que somos nós ao mesmo tempo. O uso das ervas por curandeiros, benzedeiros, índios ou qualquer outra pessoa que domine esse conhecimento que não estejam a serviço do consumo/desenvolvimento quebra um pensamento que se fez hegemônico.

Assim talvez possamos compreender como a ecologia dos sentidos é importante para podermos entender, que conhecimento vai muito mais além do que fazer ciência (hegemônica). O ouvir, o tocar, o cheirar, o sentir, o degustar e o observar são “categorias do sensível” (MARTON, 2010, p.02), que somente seres em sintonia com a natureza, com as pessoas e consigo mesmo poderão vislumbrar um outro modo de saber e de conhecimento tradicional.

REFERÊNCIAS:

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir Uma oportunidade de imaginar outro mundo. IN: **Um Campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Série Democracia Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. Disponível em: http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/alberto_acosta.pdf Acessado em 10 de junho de 2015.

BARROS, Manoel. **O apanhador de desperdícios**. Disponível em: <http://www.entreculturas.com.br/2010/10/manoel-de-barros-o-apanhador-de-desperdicios/> acessado em: 12 de junho de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Brasília: Presidência da República, 2007.

BUMHAM, Teresinha Fróes. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. **Em Aberto**. Brasília, ano 12. n.58. abr./jun. 1993.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. São Paulo: **Revista USP**, Nº 75, Pp-76 a 84, setembro-novembro, 2007.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

FANTASTICO. **É bom pra quê?** Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=W2oBYVAdFIM>. Rede Globo de Televisão: Março, 2011. Acesso em 12 de junho de 2015.

IRIARTE, Gregorio. **Bem viver o grande paradigma indígena.** Disponível em:

<http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=380>. Acesso em 15.06.2015.

MARQUES, Juracy. ; TOMAZ, Alzeni ; MARQUES, Robson ; BARROS, Juliana. **Ecologia de Sangue: Interpretações Jurídicas dos Sentidos Sagrados dos Povos de Terreiros.** In: Marcelo Ribeiro. (Org.). Psicologia Jurídica: Ensaios Sobre a Violência. 1ª.ed. Petrolina: Franciscana, 2012.

MARQUES, Juracy. O novo chico. In: CBHSF. **Opara: Guardiões do velho chico.**

Disponível em: <http://www.assisramalho.com.br/2012/10/livro-opara-guardioes-do-velho-chico.html> acessado em : 10 de junho de 2015.

MARTON, Silmara Lúcia. **Escuta sensível, uma escuta perto da natureza, das paisagens sonoras e da música.** Fortaleza, CE: UECE, 2010. Disponível em:

<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/313-14072010-211041.pdf> acessado em 13 de junho de 2015.

NOBRE, Sônia Alexandra de Barros Rito Nunes. Buen vivir: perspectivas de mudança civilizacional a partir do equador. IN: ALVIM, Ronaldo Gomes; BADIRU, Ajibola Isau; MARQUES, Juracy. **Ecologia Humana, uma visão global.** Feira de Santana: Eduefs, 2014.

RESAB. **Educação para a convivência com o Semiárido:** reflexões teórico-práticas. 2ª ed. Juazeiro – BA: Secretaria Executiva da RESAB, 2011.

SEATTLE. **Carta do chefe indígena Seattle ao Presidente dos Estados Unidos.** 1854.

Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/Carta_do_Chefe_Seattle_1263221069.pdf acessado em 11 de junho de 2015.

SILVA, José de Souza. Aridez mental: problema maior. Contextualizar a educação para construir o 'dia depois do desenvolvimento' no Semi-Árido Brasileiro. **Seminário Nacional sobre Educação Contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido Brasileiro.** Campina Grande- PB: INSA, 2010.